



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 062

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

## LEI Nº. 2.466, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

**“ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A Câmara Municipal de Rio Piracicaba por seus representantes legais aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei Orçamentária para o exercício de 2021 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e a organização do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV – as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VIII – as disposições sobre transparência;
- IX - as disposições gerais; e
- X - anexos.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 063

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

**Art. 2º** As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

- I – emprego e renda;
- II – desenvolvimento social;
- III – planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único. Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2021, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

**Art. 3º** Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- IV – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 064

Praça Coronel Durval de Barros, n° 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII – especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM;

VIII – grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX – aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X – produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

XI – unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

XII – meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função à qual se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 4º** O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 065

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

especificando a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa e a modalidade de aplicação.

§ 2º A despesa será discriminada na LOA, no mínimo por:

I - órgão e unidade orçamentária;

II - função;

III - subfunção;

IV - programa;

V - ação: atividade, projeto e operação especial;

VI - categoria econômica;

VII - grupo de natureza de despesa;

VIII - modalidade de aplicação;

IX - origem de fonte e aplicação programada de recursos.

**Art. 5º** A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida, destinada a:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II – fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como “eventos fiscais imprevistos”, a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2021.

## CAPÍTULO III

### DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

**Art. 6º** As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 066

Praça Coronel Durval de Barros, n° 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**Art. 7º** As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º Para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de 2020, o orçamento de suas despesas, acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º Se o Poder Legislativo não encaminhar o orçamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na Lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.

§ 3º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

**Art. 8º** Nos termos da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Portaria STN nº 289, de 07 de maio de 2019, serão utilizadas “fontes” de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

§ 1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 067

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

§ 2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.

**Art. 9º** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2021, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Parágrafo único – Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos competentes dos valores que caberá a cada município em decorrência de transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntárias.

**Art. 10.** Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

**Art. 11.** Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e Leis que fixarem normas complementares.

**Art. 12.** A execução da Lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 13.** O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2020.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 068

Praça Coronel Durval de Barros, n° 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

Parágrafo único. Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, até 10 de julho de 2020, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de 2020, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2021, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, especificando:

- I – número do processo;
- II – número do precatório;
- III – data da expedição do precatório;
- IV – nome do beneficiário e CPF/CNPJ;
- V – valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.

**Art. 14.** A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º Os recursos referidos no “caput” são provenientes de:

- I – superávit financeiro;
- II – excesso de arrecadação;
- III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
- V – reserva de contingência.

§ 2º O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.

§ 3º Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 069

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

**Art. 15.** As classificações nas dotações, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que justificadas e se autorizadas, por meio de Decreto, para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

**Art. 16.** As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. O recurso não vinculado por Lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2020 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de 2021, por meio de ato administrativo.

**Art. 17.** O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA/2021.

**Art. 18.** Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 070

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

**Art. 19.** O projeto de Lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de Lei específicos.

**Art. 20.** Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2021 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2020, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes: limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de Lei orçamentária para 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V – despesas vinculadas: correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI – despesas de capital/investimentos: iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde: conforme disposto na Constituição Federal;

VIII – Superávit: limitado a 1/12 (um doze avos) por mês, do total apurado no exercício anterior.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados pelo Executivo Municipal.

**Art. 21.** As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 071

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 2º É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I - dotações financiadas com recursos vinculados;

II - dotações referentes a contrapartidas;

III - dotações referentes a obras em execução;

IV - dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;

V - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

VI - dotações referentes a benefícios eventuais;

VII - dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;

VIII - dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

IX - dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

X - dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta Lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 3º Ao Projeto da Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

## CAPÍTULO IV





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 072

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

## DAS TRANSFERÊNCIAS

### SEÇÃO I

#### DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

**Art. 22.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal no 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I - substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II - dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

a) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

b) combate à pobreza extrema;

c) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e

d) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

III - dispensada, desde que a subvenção seja concedida por Lei específica e a entidade comprove seu regular funcionamento e estatutos homologados por ato do Poder Executivo.

§ 2º Só se beneficiarão das concessões de que trata o "caput", as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º A execução das ações de que tratam o "caput" fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 e/ou de chamamento público nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

### SEÇÃO II

#### DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 073

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

**Art. 23.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o caput do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em Lei específica;
- II - estejam previstas na Lei Orçamentária de 2021 ou em seus créditos adicionais;
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.

### SEÇÃO III DOS AUXÍLIOS

**Art. 24.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

- a) educação especial; ou
- b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 074

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;

IV - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais.

### SEÇÃO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25.** Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou

b) aquisição de material permanente; ou

c) construção, ampliação ou conclusão de obras.

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA

075

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

VI - publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais.

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º A determinação contida no inciso I do caput não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA

076

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei no 4.320, de 1964, por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação, não se lhes aplicando as condições constantes dos arts. 22, 23 e 24 desta Lei.

§ 4º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

**Art. 26.** Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

**Art. 27.** A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 28.** A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 077

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

§1º Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

**Art. 29.** Na Lei Orçamentária para o exercício de 2021, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

**Art. 30.** A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 31.** A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

- I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 078

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

**Art. 32.** As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

**Art. 33.** O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintas, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

**Art. 34.** Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA

079

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

- I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;
- II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

**Art. 35.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.

**Art. 36.** Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em Lei específica.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

**Art. 37.** Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de Lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às Leis complementares e resoluções federais, observando:

- I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar Federal ou de Resolução do Senado Federal;
- III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da Lei complementar federal e a





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA

080

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II - indicar a estimativa de renúncia de receitas e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.

§ 2º Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 081

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

## CAPÍTULO VIII DA TRANSPARÊNCIA

**Art. 38.** O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número instrumento celebrado;

VI - órgão transferidor;

VII - valores transferidos e respectivas datas;

VIII - edital do chamamento ou número da Lei específica autorizadora do repasse.

**Art. 39.** Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 40.** Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único. Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA

082

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

**Art. 41.** Havendo condições financeiras e orçamentárias, o Município poderá conceder o transporte escolar para os alunos de curso superior, curso técnico e de cursos preparatórios para o Enem para o Município mais próximo

**Art. 42.** O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

**Art. 43.** O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

**Art. 44.** Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I – que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

**Art. 45.** O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

**Art. 46.** O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

- I – haja previsão orçamentária;
- II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

**Art. 47.** O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 083

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro

CEP: 35940-000 – MG

Tel (31) 3854-1261/1262/1263

- I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II – as áreas de maior carência no Município.

**Art. 48.** As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.

**Art. 49.** Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

**Art. 50.** Para efeito do disposto no art. 42 da LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

**Art. 51.** A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por Lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

- I – renda familiar per-capta a ser definida em regulamentação específica;
- II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;
- III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;
- IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA 084

Praça Coronel Durval de Barros, nº 52, Centro  
CEP: 35940-000 – MG  
Tel (31) 3854-1261/1262/1263

**Art. 52.** Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

**Art. 53.** Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Art. 54.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Piracicaba, 15 de junho de 2020.

**Sebastião Torres Bueno**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA**  
Estado de Minas Gerais

**ANEXO I**  
**PRIORIDADES E METAS**  
**2021**

PROGRAMAS	AÇÕES	FINALIDADE DA AÇÃO	PRODUTO DA AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META
Segurança Pública	Manutenção da Segurança Pública no Município	Cooperação com a Polícia Civil e Militar	Convênios	Unidade	3
Serviços administrativos	Manutenção de convênios com entidades	Celebração de convênios com entidades (Amepi, Emater, AMM e CONSMEPI)	Convênios	Unidade	5
Serviços administrativos	Manutenção atividades administrativas	Adequação da legislação (Estatuto, Código Tributário, Estrutura Organizacional) e consultorias específicas	Legislações	Unidade	3
Manutenção do Ensino	Atendimento crianças de 0 a 03 anos	Manutenção de atendimento ao berçário	Crianças de 0 a 03 anos	Crianças	60
Manutenção do Ensino	Capacitação professores	Capacitar professores da educação especial, infantil e fundamental	Professores	Pessoas	184
Manutenção Ensino	Ensino Fundamental	Aquisição de equipamentos/mobiliário e materiais pedagógicos	Materiais	Escolas	8
Manutenção Ensino	Atletas nas Escolas	Estimular práticas esportivas para melhor desenvolvimento físico dos alunos	Alunos	Pessoas	1250
Manutenção ensino	Atividades Culturais nas escolas	Aulas de músicas, artesanato e artes cênicas e visuais	Aulas	Alunos	500

*Opium*



Manutenção ensino	Leitura nas escolas	Aquisição de livros para atividades de incentivo a leitura nas escolas	Acervo bibliográfico	Alunos	350
Manutenção ensino	Educação especial	Aquisição de materiais pedagógicos/equipamentos para alunos especiais	Materiais	Escolas	3
Manutenção Ensino	Educação Infantil	Aquisição de equipamentos/mobiliário e materiais pedagógicos	Materiais	Escolas	4
Transporte escolar	Transporte escolar intermunicipal	Atendimento a alunos de nível técnico/profissionalizante e de curso superior até o município mais próximo	Transporte	Alunos	350
Transporte escolar	Manutenção transporte escolar para Todos	Melhoria da qualidade do transporte de estudantes da rede municipal, estadual incluindo as crianças das CEMEI'S	Alunos	Alunos	2020
Transporte escolar	Aquisição veículo - Transporte escolar	Aquisição de ônibus e sprinter	Alunos	Pessoas	100
Manutenção e Infraestrutura urbana	Aquisição equipamentos para fábrica de premoldados	Fabricação de blocos, bloquetes, vigas e outros	Fábrica de premoldados	Unidade	1
Frota	Aquisição de veículos e máquinas	Atender as Secretarias Municipais	Veículos	Unidade	5
Espaços e prédios públicos	Manutenção de prédios públicos	Reforma e manutenção de espaços públicos	Obras	Unidade	8
Praças e Jardins	Manutenção de Praças	Revitalização de praças	Praças	Unidade	5
Serviços Urbanos	Limpeza Pública	Aquisição equipamentos para coleta seletiva e manutenção de veículos	População	Pessoas	14.500
Saneamento Básico	Manutenção, aquisição de equipamentos e Construção de poços artesianos	Abastecimento de água em comunidades rurais	Poços artesianos	Comunidades	3

*deus*

Saneamento Básico	Manutenção e ampliação da rede de esgoto	Construção e manutenção de rede de esgoto	Redes	M	1.000
Radiodifusão	Manutenção atividades de radiodifusão	Aquisição, manutenção de transmissores de TV e telefonia celular	Localidades	Unidade	5
Iluminação Pública	Extensão de rede pública e rural	Ampliação da rede elétrica incluindo postes e luminárias	Rede elétrica	KM	5
Iluminação Pública	Manutenção Iluminação pública	Celebração de parceria com CONSMEPI para manutenção dos serviços de iluminação pública	Rede elétrica	Convênio	1
Vias Urbanas	Pavimentação asfáltica e com bloquetes	Melhoria de ruas, praças e avenidas do Município	Acessibilidade	Km	10
Vias urbanas	Revitalização de logradouros	Recomposição de passeios e meio fio de calçadas melhorando a acessibilidade	Acessibilidade	M	2000
Estradas Municipais	Manutenção de estradas vicinais	Encascalhamento de vias, pavimentação asfáltica, construção de bueiros, pontes e mata burros	Acessibilidade	KM	600
Assistência Comunitária	Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família PAIF	Fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, contribuindo para qualidade de vida CRAS	Famílias	Unidade	4.500
Assistência Comunitária	Serviço de proteção Social básico no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	Visa garantir os direitos, inclusão social e autonomia das pessoas com deficiência e idosos	Pessoas	Unidade	500

*Oliver*



Assistência Comunitária	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Serviços realizados em grupos, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social	Famílias	Unidade	4.500
Assistência Comunitária	Realização de campanhas educativas e eventos comemorativos	Orientação da população sobre direitos e deveres, campanhas contra exploração sexual e violência a mulheres e idosos	Campanhas	Eventos	15
Assistência Comunitária	Capacitação	Capacitação da equipe técnica a fim de oferecer serviço de qualidade a população	Servidores	Unidade	30
Assistência a Criança e Adolescente	Proteção ao Menor	Desenvolvimento de Políticas Públicas que assegure a garantia dos direitos sociais	Pessoas	Unidade	2.200
Assistência a crianças e adolescentes	Conselho Tutelar	Capacitação dos conselheiros eleitos - processo de escolha/2019 e garantia de equipamentos para melhor funcionamento	Conselheiros	Unidade	5
Assistência Comunitária	CRAS itinerante	Garantia aos moradores das zonas rurais do Município, os serviços, programas e ações oferecidos pelo CRAS	Pessoas	Unidade	450
Assistência Comunitária	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias - Execução Direta e Indireta	Assistência e garantia de direitos, celebração de termos de colaboração junto a Asilo e Apae	Pessoas	Unidade	350



Assistência Comunitária	Benefícios eventuais	Atendimento aos cidadãos em vulnerabilidade social em conformidade com a LOAS 8.742 (cestas básicas, auxílio funeral e material de construção - calamidade pública)	Pessoas	Unidade	10.000
Atividades Culturais	Realização de eventos	Realização de evento: gastronômico, de música, festivais, carnaval e cavalgadas)	Eventos	Unidade	8
Atividades Culturais	Transferência financeira a entidades culturais	Valorização das manifestações culturais do Município	Entidades	Unidade	8
Promoção do Desporto e Lazer	Incentivo ao desporto amador	Realização de corridas, torneios e participações em campeonatos visando o incentivo aos atletas locais	Eventos	Unidade	5
Promoção do Desporto e Lazer	Manutenção de ginásio e quadras poliesportivas	Melhoria para prática de esportes	Espaços esportivos	edificações	4
Habitação popular	Construção, Reforma e melhoria das moradias	Reduzir deficit habitacional e melhoria das moradias existentes	Famílias de baixa renda	Famílias	500
Média e Alta Complexidade	Melhoria do transporte de pacientes	Aquisição de veículos para transporte de pacientes	Veículos	Unidade	1
Atenção Básica	Melhoria do transporte de pacientes	Aquisição de veículos para transporte de pacientes atendidos nos PSF	Veículos	Unidade	2
Epidemiologia e Controle de Doenças	Manutenção Epidemiológica	Fortalecimento de campanhas preventivas	Cães e gatos	Unidade	4.000
Agricultura	Diversificação econômica	Vacinação anti-rábica e de combate as endemias - Elaboração de plano e desenvolvimento rural	Consultoria	Empresa	1

*Officer*



Defesa Civil	Implantação do plano de emergência de barragem	Garantir a integridade física e segurança da população	Pessoas	Unidade	9.000
Proteção ao Meio Ambiente	Proteção Ambiental	Criação de duas unidades de conservação	Obras	Localidades	2
Proteção ao Meio Ambiente	Proteção Ambiental	Recuperação de Nascentes	Nascentes	Unidade	100

*Operant*

**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**

LEI: 01 LDO: 2021

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	64.421.138,75	62.092.663,86	576.845.550,000	95,270	68.286.407,05	63.592.486,63	1.731.456.282,000	95,269	72.383.591,47	65.128.533,37	1.895.343.668,800	95,269
Receitas Primárias (I)	64.378.638,75	62.051.700,00	575.145.550,000	95,208	68.241.357,05	63.550.533,31	1.729.654.282,000	95,207	72.335.838,47	65.085.566,68	1.893.433.538,800	95,207
Despesa Total	64.421.138,75	62.092.663,86	576.845.550,000	95,270	68.286.407,05	63.592.486,63	1.731.456.282,000	95,269	72.383.591,47	65.128.533,37	1.895.343.668,800	95,269
Despesas Primárias (II)	63.650.652,72	61.350.026,72	546.026.108,800	94,131	67.469.691,88	62.831.911,42	1.698.787.675,200	94,130	71.517.873,39	64.349.586,82	1.860.714.935,800	94,130
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	727.988,03	701.673,28	29.119.441,200	1,077	771.665,17	718.621,89	30.866.606,800	1,077	817.965,08	735.979,67	32.718.603,200	1,077
Resultado Nominal	1.062.195,34	1.043.079,85	43.287.813,600	1,600	1.199.017,95	1.116.598,99	47.960.718,000	1,673	1.270.968,82	1.143.569,73	50.838.352,800	1,673
Dívida Pública Consolidada	2.346.955,46	2.262.125,75	93.878.218,400	3,471	2.487.772,79	2.316.766,47	99.510.911,600	3,471	2.637.039,37	2.372.727,07	105.481.574,800	3,471
Dívida Consolidada Líquida	(19.983.632,63)	(19.261.332,66)	-798.345.305,200	-29,553	(21.162.650,58)	(19.726.582,23)	-847.306.023,200	-29,553	(22.453.608,40)	(20.203.066,39)	-898.144.376,000	-29,553
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000




FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita, Emissão: 24/04/2020, às 07:39:33

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
	PIB real (crescimento % anual)	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	3,75	3,50	3,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final de Ano)	0,00	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em Índice oficial de inflação	3,75	3,50	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	2,50	2,50	2,50
Receita Corrente Líquida - RCL	67.619.263,75	71.677.161,57	75.977.791,26

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0375	Valor Corrente / 1,0738	Valor Corrente / 1,1114

 SEBASTIÃO TORRES BUENO PREFEITO MUNICIPAL	 LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA TEC. CONTABIL	 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA
---	---	--



MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI: 01 LDO: 2021

092

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)




R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) × 100
Receita Total	47.707.100,00	28.965,517	80,501	59.685.751,40	113.032,877	100,714	11.978.651,40	25,109
Receitas Primárias (I)	52.724.458,71	33.913,241	88,968	59.393.266,42	106.389,315	100,221	6.668.807,71	12,648
Despesa Total	47.707.100,00	28.965,517	80,501	47.702.178,32	154.497,534	80,493	(4.921,68)	-0,010
Despesas Primárias (II)	52.551.233,48	44.599,724	88,675	46.231.749,13	111.631,918	78,012	(6.319.484,35)	-12,025
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	173.225,23	89.313,517	0,293	13.161.517,29	194.757,397	22,209	12.988.292,06	7.497,922
Resultado Nominal	13.199.405,28	60.762,483	22,273	13.002.499,31	116.428,904	21,941	(196.905,97)	-1,492
Dívida Pública Consolidada	1.989.999,33	48.266,621	3,358	3.551.559,92	151.505,753	5,993	1.561.560,59	78,470
Dívida Consolidada Líquida	(16.445.619,82)	36.135,448	-27,750	(14.698.642,23)	151.263,425	-24,803	1.746.977,59	-10,623

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	7,25
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	7,30

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

 LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA TEC. CONTÁBIL CRC 57196	 SEBASTIÃO TORRES BUENO PREFEITO MUNICIPAL
 CASSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA	

**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**LEI: 01 LDO: 2021**

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	42.371.100,00	47.707.100,00	12,59	60.631.660,00	1,58	64.421.138,75	6,25	68.286.407,05	6,00	72.383.591,47	6,00
Receitas Primárias (I)		52.724.458,71	0,00	60.591.660,00	2,02	64.378.638,75	6,25	68.241.357,05	6,00	72.335.838,47	6,00
Despesa Total	42.371.100,00	47.707.100,00	12,59	60.631.660,00	27,11	64.421.138,75	6,25	68.286.407,05	6,00	72.383.591,47	6,00
Despesas Primárias (II)	0,00	52.551.233,48	0,00	59.906.496,68	29,58	63.650.652,72	6,25	67.469.691,88	6,00	71.517.873,39	6,00
RESULTADO PRIMÁRIO II = (I-II)		173.225,23	0,00	685.163,32	295,53	727.986,03	6,25	771.665,17	6,00	817.965,08	6,00
Resultado Nominal	3.375.280,65	13.199.405,28	291,06	2.455.817,47	-81,11	1.082.195,34	-55,93	1.199.017,95	10,79	1.270.958,82	6,00
Dívida Pública Consolidada	2.827.746,47	1.989.999,33	-29,63	2.208.899,26	-37,80	2.346.955,46	6,25	2.487.772,79	6,00	2.637.039,37	6,00
Dívida Consolidada Líquida	(3.246.214,54)	(16.445.619,82)	406,61	(18.901.437,29)	28,59	(19.993.632,63)	5,72	(21.182.650,58)	6,00	(22.453.609,40)	6,00

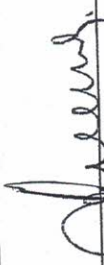
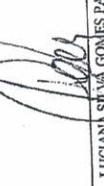

  

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	45.938.746,62	49.615.384,00	35,12	60.631.660,00	-2,32	62.092.663,86	2,41	63.592.486,63	2,42	65.128.533,37	2,42
Receitas Primárias (I)		54.833.437,06	0,00	60.591.660,00	-1,91	62.051.700,00	2,41	63.550.533,31	2,42	65.085.586,68	2,42
Despesa Total	45.938.746,62	49.615.384,00	7,99	60.631.660,00	22,22	62.092.663,86	2,41	63.592.486,63	2,42	65.128.533,37	2,42
Despesas Primárias (II)	0,00	54.653.282,82	0,00	59.906.496,68	24,59	61.350.026,72	2,41	62.831.911,42	2,42	64.349.586,82	2,42
RESULTADO PRIMÁRIO II = (I-II)		180.154,24	0,00	685.163,32	280,32	701.673,28	2,41	718.621,89	2,42	735.979,87	2,42
Resultado Nominal	3.659.479,28	13.727.381,49	269,52	2.455.817,47	-81,84	1.043.079,85	-57,53	1.116.598,99	7,06	1.143.569,73	2,42
Dívida Pública Consolidada	3.065.842,72	2.069.599,30	20,48	2.208.899,26	-40,20	2.262.125,75	2,41	2.316.766,47	2,42	2.372.727,07	2,42
Dívida Consolidada Líquida	(3.519.545,80)	(17.103.444,61)	334,33	(18.901.437,29)	23,65	(19.261.332,66)	1,90	(19.726.582,23)	2,42	(20.203.068,39)	2,42

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes			
ÍNDICES DE INFLAÇÃO			
	2019	2020*	2021*
2018	4,25	4,00	3,75
6,00			3,50

\*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável/Assistência Jurídica Gratuita.

 <b>SEBASTIÃO SOARES BUENO</b> PREFEITO MUNICIPAL	 <b>LUCIANA SEIVA GOMES PANTUZA</b> TFC. CONTABIL 57796	 <b>CÁSSIA REGINA DOS SANTOS</b> CONTROLADORA
--	---	--



**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**094**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

LEI: 01 LDO: 2021

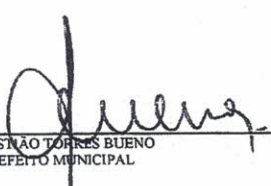


R\$ 1,00

<b>PREFEITURA CONSOLIDADO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital		0,000		0,000		0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	58.472.491,36	100,000	31.102.854,85	100,000	26.278.633,60	100,000
<b>Total</b>	<b>58.472.491,36</b>	<b>100%</b>	<b>31.102.854,85</b>	<b>100%</b>	<b>26.278.633,60</b>	<b>100%</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>	<b>0,00</b>	<b>100%</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

 <hr/> SEBASTIÃO TORRES BUENO PREFEITO MUNICIPAL	 <hr/> LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA TEC. CONTABIL 57796
 <hr/> CASSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA	

MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

095

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS



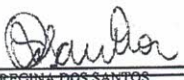
LEI: 01 LDO: 2021

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	<b>1.070,33</b>	<b>462,34</b>	<b>230.958,52</b>
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	228.765,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.070,33	462,34	2.193,52
DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179.900,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179.900,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	179.900,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2019 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2018 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2017 (i) = ((Ic - II f)
<b>VALOR (III)</b>	<b>52.591,19</b>	<b>51.520,86</b>	<b>51.058,52</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

 SEBASTIÃO TORRES BUENO PREFEITO MUNICIPAL	 LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA TEC CONTABIL CRC 57796
 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA	



**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA**  
**LEI: 01 LDO: 2021**

R\$ 1,00

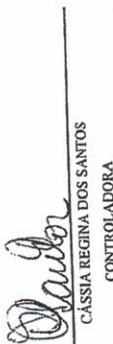
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2021	2022	2023	
			0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	

**Total**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

  
 SEBASTIÃO TORRES BUENO  
 PREFEITO MUNICIPAL

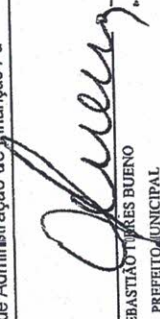


  
 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS  
 CONTROLADORA

**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**LEI: 01 LDO: 2021**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
	<b>ARRECADADORA</b>										
Receitas Correntes	48.332.944,93	65.118.644,35	236,39	68.804.600,00	618,65	77.976.643,50	34,60	82.855.242,11	12,00	87.614.566,64	12,00
Juros e Correções Monetárias	48.192.898,05	64.696.369,78	34,24	63.454.600,00	-1,92	74.400.516,50	17,25	78.864.549,61	6,00	83.596.422,59	6,00
Receitas de Capital	170.077,08	292.484,98	71,97	173.800,00	-40,65	3.576.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	140.096,88	423.274,57	202,15	3.050.000,00	620,57	(6.886.022,15)	17,25	(7.289.183,48)	6,00	(7.737.134,49)	6,00
Receitas Correntes	(4.663.156,37)	(5.433.892,95)	16,53	(5.872.940,00)	8,08	(6.886.022,15)	17,25	(7.289.183,48)	6,00	(7.737.134,49)	6,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>43.669.788,66</b>	<b>59.695.751,40</b>	<b>36,88</b>	<b>60.631.660,00</b>	<b>1,98</b>	<b>71.090.621,35</b>	<b>17,25</b>	<b>75.566.068,63</b>	<b>6,00</b>	<b>79.877.422,15</b>	<b>6,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Secretária Municipal Finanças Planejamento e Div.Auxiliares.

 SEBASTIÃO SOARES BUENO PREFEITO MUNICIPAL	 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA
 LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA TEC. CONTÁBIL CEC 57796	



**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**LEI: 01 LDO: 2021**


R\$ 1,00


LRP, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA			PROJETADA				
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%		
	Despesas Correntes	37.880.316,77	40.697.477,47	7,12	42.018.027,84	3,63	49.267.310,14	17,25	52.223.348,76	6,00	66.366.749,67
Despesas de Capital	3.007.649,68	7.114.700,86	136,56	18.497.488,84	159,99	21.688.282,21	17,25	22.988.679,14	6,00	24.366.963,89	6,00
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	116.163,32	0,00	136.029,99	17,25	143.130,73	6,00	161.718,57	6,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>40.897.966,35</b>	<b>47.702.178,33</b>	<b>16,64</b>	<b>60.631.680,00</b>	<b>27,10</b>	<b>71.090.621,34</b>	<b>17,25</b>	<b>76.356.088,62</b>	<b>6,00</b>	<b>79.877.422,13</b>	<b>6,00</b>

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável, Secretaria Municipal Finanças Planejamento e Div.Auxiliares.

  
 SEBASTIÃO SOARES BUENO  
 PREFEITO MUNICIPAL

  
 LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA  
 TREC. CONTÁBIL.  
 CRC 57796

  
 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS  
 CONTROLADORA

**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

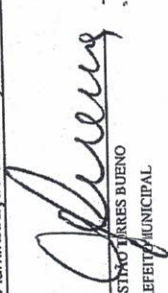
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**


LEI: 01 LDO: 2021

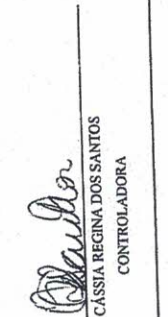
R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
DEMANDAS JUDICIAIS	50.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	50.000,00
EPIDEMIAS, ENCHENTES OU OUTRAS SITUAÇÕES DE CALAMIDADE	180.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	180.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>230.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>230.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTAÇÃO DE ARRECAÇÃO	3.010.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO	3.010.000,00
AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PISO DO MAGISTERIO QUE POSSA GERAR IMPAC	650.000,00	REDUÇÃO DAS DESPESAS EM DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA	650.000,00
TORNAS DESPESAS COM PESSOAL	900.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	900.000,00
REVISÃO DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES CONFORME INCISO X, ART 37 DA CF	4.560.000,00	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.560.000,00</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.790.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.790.000,00</b>
<b>TOTAL</b>			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

  
 SEBASTIÃO SOARES BUENO  
 PREFEITO MUNICIPAL

  
 LUCIANA SILVA GOMES PANTEUZA  
 CONTADOR  
 57196



  
 CÁSSIA REGINA DOS SANTOS  
 CONTROLADORA



**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
 Art 45 - Lei Complementar 101, de 04/05/2000.  
 LEI: 01 LDO: 2021

<b>Situação: INICIADA</b>			
<b>Projeto em Andamento ou a</b>	<b>Cronograma de Execução</b>	<b>Início - Mês/Ano</b>	<b>Fim - Mês/Ano</b>
QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO BRUMADINHO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	31/10/2019	30/10/2020
QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO SAÃO SEBASTIÃO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	06/02/2020	05/02/2021
QUADRA POLIESPORTIVA BAIRRO CORREGO SÃO MIGUEL	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	06/02/2020	05/02/2021
REVITALIZAÇÃO PRAÇA DA ESTAÇÃO	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA	26/11/2019	25/11/2020
CALÇAMENTO DE VIAS PUBLICAS	CALÇAMENTO DE VIAS PUBLICAS	27/03/2020	26/03/2021
CONSTRUÇÃO CRECHE NO BAIRRO CORREGO SÃO MIGUEL	CONSTRUÇÃO CMEI	03/12/2015	31/12/2020
<b>Situação: NÃO INICIADA</b>			
<b>Projeto em Andamento ou a</b>	<b>Cronograma de Execução</b>	<b>Início - Mês/Ano</b>	<b>Fim - Mês/Ano</b>
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SANTA IZABEL	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SANTA IZABEL	05/05/2019	14/09/2020

 _____ SEBASTIÃO TORRES BUENO PREFEITO MUNICIPAL	 _____ CÁSSIA REGINA DOS SANTOS CONTROLADORA
--	---

**MUNICIPAL DE RIO PIRACICABA - MG****101**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**


LEI: 01 LDO: 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2021
INATIVOS E PENSIONISTAS	79.402,10
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS	49.959,37
SENTENÇAS JUDICIAIS	(400.000,00)
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	429.442,73
INDENIZAÇÕES	45.929,32
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	475.372,05
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	
OUTRAS	
OUTRAS	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: Assistência Jurídica Gratuita.

  
SEBASTIÃO TORRES BUENO  
PREFEITO MUNICIPAL  
LUCIANA SILVA GOMES PANTUZA  
TEC. CONTABIL  
CRC 17796  
CASSIA REGINA DOS SANTOS  
CONTROLADORA